

**COMPANHIA RONDONIENSE DE GÁS S/A -
RONGÁS**

Folha: 1

CNPJ : 02.796.830/0001-00

**Balanco Patrimonial em 01/01/2021 a 31/12/2021
Expresso em R\$**

Nome	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO	875.777,45	693.548,73
ATIVO CIRCULANTE	868.664,91	684.471,15
DISPONIBILIDADES	833.242,41	647.184,73
BANCO CONTA MOVIMENTO	182.988,00	20.496,17
APLICAÇÃO DE LIQUIDEZ IMEDIATA - FAF	650.254,41	626.688,56
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	35.422,50	37.286,42
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	35.422,50	37.286,42
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.112,54	9.077,58
IMOBILIZADO	5.665,04	6.935,28
BENS E DIREITOS EM USO	47.964,37	47.964,37
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(42.299,33)	(41.029,09)
ATIVO INTANGÍVEL	1.447,50	2.142,30
BENS DE NATUREZA INTANGÍVEL	5.024,00	5.024,00
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(3.576,50)	(2.881,70)
PASSIVO	875.777,45	693.548,73
PASSIVO CIRCULANTE	17.265,85	15.630,47
FORNECEDORES NACIONAIS	3.799,46	3.882,28
FORNECEDORES DIVERSOS	3.799,46	3.882,28
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	10.200,22	9.781,36
FOLHA DE PAGAMENTO DE EMPREGADOS	3.258,80	3.059,91
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	6.941,42	6.721,45
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.994,64	1.966,83
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	1.994,64	1.966,83
CONTAS A PAGAR	1.271,53	0,00
DEMAIS CONTAS A PAGAR	1.271,53	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.740.942,08	2.591.475,84
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	2.740.942,08	2.591.475,84
HONORÁRIOS A PAGAR	2.740.942,08	2.591.475,84
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(1.882.430,48)	(1.913.557,58)
CAPITAL	7.838.110,00	7.253.110,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	7.838.110,00	7.338.110,00
CAPITAL SOCIAL A INTEGRALIZAR	0,00	(85.000,00)
LUCROS / PREJUÍZOS ACUMULADOS	(9.720.540,48)	(9.166.667,58)
LUCROS / PREJUÍZOS ACUMULADOS	(9.166.667,58)	(8.633.069,03)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(553.872,90)	(533.598,55)

Porto Velho/RO, 31 Dezembro de 2021.

MARIA JOSE BARRETO DOS SANTOS

Contadora

CPF: 261.147.202-53

CRC: RO-007456/O-3

AMADEU HERMES SANTOS DA CRUZ

Presidente

CPF: 202.727.152-04

NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A COMPANHIA RONDONIENSE DE GÁS S/A - RONGÁS foi criada pela Lei Estadual nº 728, de 14 de Julho de 1997, como uma sociedade de economia mista, com concessão para exploração de gás canalizado no Estado de Rondônia, no prazo de 25 anos, com a possibilidade de prorrogação por igual período.

A RONGÁS tem como objetivo social promover a produção, importação, aquisição, armazenamento, distribuição, comercialização, transporte e a prestação de serviços correlatos na área de gás natural, seja para fins de matéria prima, geração de energia elétrica, combustível além de outras finalidades e usos que os avanços tecnológicos permitirem.

O início da operação da distribuição de gás canalizado em Rondônia depende do suprimento do produto por meio de gasoduto ou outras tecnologias como gás natural liquefeito (GNL) e biometano obtido a partir de biomassa local.

O contrato de compra de gás natural, prevê cláusulas que será celebrado entre a Companhia Rondoniense de Gás – RONGÁS e as Empresas que eventualmente viabilizem seu transporte até a área de atuação da Distribuidora RONGÁS. Este é um dos instrumentos primordiais na evolução do processo de disponibilidade energética em Rondônia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Legislações - Lei 6.404, de 15 de Dezembro de 1976 e Lei 11.638, de 28 de Dezembro de 2007, sendo aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela RONGÁS, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias:

- (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado;
- (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- (c) ativos financeiros disponíveis para venda;
- (d) empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para quais os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A RONGÁS não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a); (b) e (c), mencionados acima.

Categoria (d) – Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com os recebimentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados

pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

No caso da RONGÁS, compreende:

Caixa e equivalente de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediatos ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.1.2 Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada exercício para identificação de eventual deterioração de ativos '*impairment*'. São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado do fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A RONGÁS não opera com instrumentos financeiros derivativos, razão da qual o '*impairment*' constitui a representação programática para avaliação de futuros investimentos.

Passivos financeiros

Quando aplicáveis estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizados usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

3.2 Imobilizado

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada em cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro, for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e valor contábil do ativo), são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.3 Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável,

ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requereriam ajustes para perda por redução do valor de recuperação.

3.4 Direitos e Obrigações

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em despesa e receitas financeiras. As obrigações são classificadas em:

(a) Circulante

São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

(b) Não Circulante

São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, estejam após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

3.5 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com regime contábil de competência do exercício.

3.6 Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas principalmente aos seguintes aspectos: perdas estimadas por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da RONGÁS relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	0,00	0,00
Bancos	182.988,00	20.496,17
Aplicações Financeiras	650.254,41	626.688,56
Total	833.242,41	647.184,73

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se os fundos de investimento do Banco do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2021	31/12/2020
IRRF sobre Aplicações Financeiras	35.422,50	37.286,42
Total	35.422,50	37.286,42

Refere-se ao IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras, conforme previsto na Instrução Normativa RFB nº 1.585, de 31 de agosto de 2015.

6. ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2021	31/12/2020
Férias a Pagar	3.258,80	3.059,91
INSS a Recolher	2.396,19	2.181,55
Contribuição Plano de Seg. Social do Servidor	4.218,77	4.239,48
IRRF a Recolher	1.994,64	1.966,83
FGTS a Recolher	326,46	300,42
Total	12.194,86	11.748,19

7. REEMBOLSO A ACIONISTAS

	31/12/2021	31/12/2020
Gaspetro S.A.	1.448.655,04	1.373.921,92
Termogás S.A.	1.292.287,04	1.217.553,92
Total	2.740.942,08	2.591.475,84

Trata-se de honorários provisionados para acionistas cujos montantes serão reembolsados aos mesmos, quando do início das operações da RONGÁS. Sobre tais valores não incidem encargos.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social autorizado para gestão do Conselho Administrativo em 31 de dezembro de 2021 é limitado a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), conforme §1º do Art. 4º do Estatuto Social da RONGÁS. Deste valor encontra-se subscrito a importância de R\$ 7.838.110,00 (sete milhões e oitocentos e trinta e oito mil e cento e dez reais), do qual já foi integralizado o valor de R\$ 7.838.110,00 (sete milhões e oitocentos e trinta e oito mil e cento e dez reais).

Em 31 de dezembro de 2021, as ações estavam assim distribuídas, conforme Ata 071/2021:

QUANTIDADE DAS AÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		TOTAL		Participando %
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Governo do Estado de Rondônia	1.332.480	1.247.480	0,00	0,00	1.332.480	1.247.480	17,00%
Gaspetro S/A	640.112	599.280	2.612.703	2.446.035	3.252.815	3.045.315	41,50%
Termogás S/A	640.112	599.280	2.612.703	2.446.035	3.252.815	3.045.315	41,50%
Total	2.612.704	2.446.039	5.225.406	4.892.071	7.838.110	7.338.110	100,00%

No exercício de 2021 os acionistas integralizaram em moeda corrente o montante de R\$ 585.000,00 (quinhentos mil reais), sendo R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), conforme previsto na Ata nº 71 de 11 de junho de 2021, e R\$ 85.000,00 (Oitenta e cinco mil), aportado pelo Acionista

Governo de Rondônia, aporte que constava pendente referente a Ata nº 63/2018 (retificado pela Ata nº 65/2019), nesse exercício foi mantida a proporcionalidade na integralização por parte dos acionistas. Vide quadro demonstrativo

INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL POR ACIONISTA EM 2021 E 2020

ACIONISTAS	31/12/2021	31/12/2020
Governo do Estado de Rondônia	170.000,00	85.000,00
Gaspetro S/A	207.500,00	207.500,00
Termogás S/A	207.500,00	207.500,00
Total	585.000,00	500.000,00

Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório, bem como na distribuição de dividendo mínimo;
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio em caso de dissolução da RONGÁS;
- Participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes;
- Em caso de liquidação da sociedade os dividendos cumulativos poderão ser pagos a conta de capital social da RONGÁS.

Conforme Art. 193 da Lei 6.404/1976 e estatuto, no exercício em que ocorrer o lucro apurado no final de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) antes de qualquer outra destinação para constituição do fundo de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

É assegurada aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 75% (setenta e cinco por cento), quando houver lucro líquido apurado em cada exercício.